

# A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NA RAIÁ DIVISÓRIA SÃO PAULO – PARANÁ – MATO GROSSO DO SUL

Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos  
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP  
Membre Associe au Laboratoire Costel-Université Rennes 2 - France  
[passos@stetnet.com.br](mailto:passos@stetnet.com.br)

*A paisagem nasce toda vez que um olhar cruza um território*  
Claude e Georges Bertrand, 2007, p. 257

## RESUMO

**Palavras chave:** Eco-historia – Impactos socioambientais – Redefinições territoriais – Central Hidroelétrica.

Os termos "regiões fronteiriças", "espaços fronteiriços", "raia transfronteiriça" são pouco utilizados pela geografia brasileira. Utilizamos as unidades administrativas, as microrregiões propostas pelo IBGE; são mais práticas, sobretudo, quando há necessidade de se trabalhar com dados estatísticos. No quadro de programas de desenvolvimento local e regional da União Européia (INTERREG - Programa de Cooperação entre Regiões -; FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional etc.) é dada atenção especial às áreas de fronteiras: Portugal-Espanha; Espanha-França etc. Ademais, as "fronteiras" são raias, isto é, áreas de intergradação onde os processos se manifestam segundo uma lógica de descontinuidade objetiva da paisagem ou, ainda, segundo uma impermeabilidade muito acentuada entre as parcelas do território submetidas às definições e redefinições territoriais mais ou menos independentes. No Brasil, encontramos várias raias que reclamam uma análise no sentido de revelar suas potencialidades paisagísticas e suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas, objetivando a implantação de planos de desenvolvimento regional, capazes de superar o estágio de periferia a partir de uma gestão territorial ("*aménagement*") que contemple, acima de qualquer "modismo globalizante", a integração regional. Nós apreendemos, para uma análise integrada da paisagem, a raia divisória São Paulo – Paraná - Mato Grosso do Sul, mais precisamente, a parcela do território conhecido geograficamente pelas denominações de "Pontal do Paranapanema", "micro-região de Paranaíba", "Sudeste do Mato Grosso do Sul" e, as calhas do Alto Curso do Rio Paraná – à altura da UHE Engº Sérgio Motta/Porto Primavera e do Médio-Baixo Vale do Paranapanema – a jusante da UHE de Capivara -, que atuam ora como elos de aproximação, ora como linhas divisórias dessas parcelas territoriais. Das três parcelas territoriais da raia São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul, o Noroeste do Paraná foi a única contemplada com uma concepção moderna de colonização: a construção de vias de circulação e o desenho de pequenos centros urbanos, "coordenados" por cidades de porte médio (Maringá, Paranaíba, Cianorte, Umuarama...); ao mesmo tempo, o parcelamento dos lotes rurais obedeceu a uma concepção, cujo objetivo maior era o dinamismo da economia e das relações amplas determinantes para o desenvolvimento regional. No Sudoeste paulista, a ocupação, a princípio motivada pelo avanço do café e da ferrovia, no início

do século XX, é “redefinida” a partir do uso das terras areníticas e terá na cultura do algodão – a partir dos anos 1940 – a sua maior motivação. No extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema, o caráter de apropriação ilegal das reservas florestais, caracterizou-se por elevada agressividade, onde o desmatar foi a única forma de “legitimar” a posse. A ocupação do Sudeste Sul mato-grossense foi uma consequência natural (osmose) da capitalização observada nas áreas próximas e de ocupação anterior. O fato do capital “externo” se apropriar, majoritariamente, do espaço tem um peso significativo (negativo) na gestão do território, ainda hoje. As desigualdades territoriais permanecem nas condições atuais. É necessário considerarmos desde as características naturais herdadas até as relações sociedade-natureza plasmadas e materializadas na paisagem. O nosso objetivo maior foi o de entendermos os dinamismos de cada parcela e de suas relações com os contextos socioeconômicos e políticos nacionais, até porque, são regiões comandadas por decisões externas. As análises das imagens satelitares, os registros fotográficos, as observações sobre o terreno, as entrevistas etc. se prestam à explicitação dos processos evolutivos da paisagem. O processo de ocupação de cada uma das parcelas se deu diferentemente: no tempo e na forma. Essa herança ficou plasmada na paisagem atual, malgrado o curto período de atuação dos agentes.

## RESUMEN

Las expresiones “regiones fronterizas”, “espacios fronterizos”, “raya transfronteriza” son poco utilizados por la geografía brasileña. Utilizamos las unidades administrativas, las micro-regiones propuestas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE); son más prácticas, sobretudo, cuando existe la necesidad de trabajar con datos estadísticos. En el contexto de los programas de desarrollo local y regional de la Unión Europea (INTERREG – Programa de Cooperación entre Regiones; FEDER – Fondo Europeo de Desarrollo Regional –, etc.) es dada especial atención a las áreas fronterizas: Portugal-España, España-Francia, etc. Además, las “fronteras” son rayas, es decir, áreas de interacción gradual, en las cuales los procesos se manifiestan según una lógica de discontinuidad objetiva del paisaje o según una impermeabilidad muy acentuada entre los fragmentos del territorio sometidos a definiciones y redefiniciones espaciales más o menos independientes. En Brasil encontramos varias rayas que reclaman un análisis en el sentido de revelar sus potencialidades paisajísticas y sus peculiaridades culturales, sociales y económicas, objetivando la implantación de planes de desarrollo regional capaces de superar el estado de periferia, a partir de una gestión territorial (“*aménagement*”) que contemple, más allá de cualquier “modismo globalizante”, la integración regional. Nuestra área de estudio, para un análisis integrado del paisaje, corresponde a la raya divisoria Sao Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul, específicamente la porción del territorio conocido por las denominaciones “Pontal do Paranapanema”, “micro-región de Paranaíba”, “Sudeste do Mato Grosso do Sul” y los cauces del Alto Curso del Río Paraná – a la altura de la Usina Hidroeléctrica Ingeniero Sergio Motta/Porto Primavera y del Medio-Bajo Valle del Paranapanema – aguas abajo de la Usina Hidroeléctrica de Capivara –, que actúan, unas veces, como elementos de aproximación y otras como líneas divisorias de esas parcelas territoriales. De las tres parcelas territoriales de la raya, el Noroeste de Paraná fue la única contemplada con una concepción moderna de colonización: la construcción de vías de circulación y el diseño de pequeños centros urbanos “coordenados” por ciudades de tamaño medio (Maringá, Paranaíba, Cianorte, Umuarama...); al mismo tiempo, la subdivisión de los lotes rurales obedeció a una concepción cuyo objetivo mayor era el dinamismo de la economía y de las relaciones amplias determinantes para el desarrollo regional. En el Suroeste paulista, la ocupación, en principio motivada por el avance de las plantaciones de café y de la

línea férrea, en el inicio del siglo XX, es “redefinida” a partir del uso de las tierras *areníticas* y tendrá en el cultivo del algodón – desde la década de 1940 – su mayor motivación. En el extremo Suroeste/Pontal do Paranapanema, el carácter de apropiación ilegal de las reservas forestales se caracterizó por una gran agresividad, ya que arrasar la vegetación constituía la única forma de “legitimar” la ocupación de la tierra. La ocupación del Sureste de Mato Grosso do Sul fue una consecuencia “natural” (osmosis) de la capitalización observada en las áreas próximas y de ocupación anterior. El hecho del capital “externo” apropiarse mayoritariamente del espacio tiene un peso significativo (negativo) en la gestión del territorio hasta hoy. Las desigualdades territoriales permanecen actualmente. Es necesario considerar desde las características naturales heredadas hasta las relaciones sociedad-naturaleza plasmadas y materializadas en el paisaje. Nuestro objetivo mayor fue entender los dinanismos de cada parcela del territorio estudiado y de sus relaciones con los contextos socioeconómicos y políticos nacionales, debido a que se trata de “regiones” comandadas por decisiones externas. Los análisis de imágenes de satélites, los registros fotográficos, las observaciones de terreno, las entrevistas, entre otros instrumentos analíticos, se prestan para explicitar los procesos evolutivos del paisaje. Las dinámicas de ocupación de cada una de las parcelas estudiadas fueron diferenciadas, tanto en el tiempo como en las formas producidas. Esa herencia está plasmada en el paisaje actual, a pesar del corto período de actuación de los agentes.

## **Introdução**

No mundo ocidental, a *paisagem* dos geógrafos é um termo e uma noção com uso essencialmente pedagógico, é uma maneira cômoda – e quase ritual – de apresentar as coisas, mas que alia duas das principais críticas feitas à Geografia: uma disciplina literária e uma abordagem descritiva. Aqui, a *paisagem* coloca-se mais como um adjuvante do que como um objeto de pesquisa em si e por si mesmo. O Leste Europeu não foi influenciado pela Nova Geografia, muito menos viveu a oscilação/indefinição entre objetividade e subjetividade, permitindo a *paisagem* afirmar-se na sua história geográfica, se bem que ao preço de uma escolha até aqui mantida: o abandono quase geral da abordagem de ordem subjetiva.

A conceituação da paisagem como um objeto de pesquisa próprio e generalizado foi definida somente recentemente graças a uma conjunção de dados científicos exteriores à Geografia:

- o desenvolvimento da teoria e da reflexão epistemológica em todas as pesquisas ditas "de ponta", muito particularmente em Biologia e em ligação estreita com os problemas de semântica e de classificação;
- a vulgarização dos métodos matemáticos e informáticos que permite tratar rapidamente dados múltiplos e de aparência heteroclítica pelo viés das análises multivariadas;

- os progressos da Ecologia de síntese ou biocenótica que autorizaram o estudo global da Biosfera com a ajuda de um pequeno número de conceitos integradores simples (ecossistema, biocenose, biotopo, cadeia trófica etc.);
- a contribuição das escolas geográficas que desenvolveram estudos integrados, práticos ou teóricos, qualitativos ou quantitativos (ex-URSS, Europa de Leste, Austrália, Canadá etc.);
- sobre o plano técnico, a generalização da fotointerpretação e o avanço da teledetecção que fornecem documentos particularmente adaptados ao exame global das paisagens;
- enfim, não se entenderia o desenvolvimento da Ciência da Paisagem fora dos problemas do meio ambiente, da organização dos recursos naturais e da proteção da natureza que colocam, em termos novos e graves, a questão das relações entre os indivíduos, as sociedades e os meios ecológicos (Passos, 2003).

#### **A construção da paisagem na raia divisória**

Nós apreendemos para uma análise da evolução paisagística a raia divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul, mais precisamente a parcela do território conhecido geograficamente pelas denominações de “Pontal do Paranapanema”, “Micro-região de Paranaíba”, “Sudeste do Mato Grosso do Sul” e, a calha do Alto Curso do Rio Paraná - à altura da UHE de Porto Primavera -, que atua ora como elo de aproximação, ora como linha divisória dessas parcelas territoriais. (Figura 1).

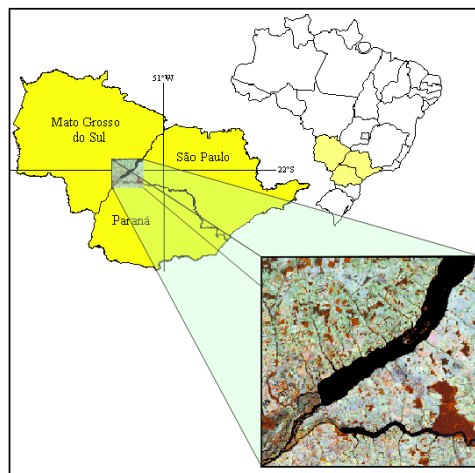


FIGURA 1

Das três parcelas territoriais da raia, o Noroeste do Paraná foi a única contemplada com uma concepção moderna de colonização: a construção de vias de circulação e o desenho de pequenos centros urbanos, “coordenados” por cidades de porte médio (Maringá, Paranavaí, Cianorte, Umuarama...); ao mesmo tempo, o parcelamento dos lotes rurais obedeceu a uma concepção, cujo objetivo maior era o dinamismo da economia e das relações amplas determinantes para o desenvolvimento regional.

No Sudoeste Paulista, a ocupação, a princípio motivada pelo avanço do café e da ferrovia, no início do século XX, é “redefinida” a partir do uso das terras areníticas e terá na cultura do algodão – a partir dos anos 1940 – a sua maior motivação. No extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema, o caráter de apropriação ilegal das reservas florestais, caracterizou-se por elevada agressividade, onde o desmatar foi a única forma de “legitimar” a posse.

A ocupação do sudeste sul-mato-grossense foi uma consequência natural (osmose) da capitalização observada nas áreas próximas e de ocupação anterior. O fato do capital “externo” se apropriar, majoritariamente, do espaço tem um peso significativo (negativo) na gestão do território, ainda hoje.

As desigualdades territoriais permanecem nas condições atuais. É necessário considerarmos desde as características naturais herdadas até as relações sociedade-natureza plasmadas e materializadas na paisagem.

O nosso objetivo maior foi o de entendermos os dinamismos de cada parcela e de suas relações com os contextos socioeconômicos e políticos nacionais, até porque, são “regiões” comandadas por decisões externas.

Deixamos de lado os indicadores numéricos/estatísticos, apesar de, num primeiro momento, termos elaborado gráficos e tabelas, a partir das informações extraídas do BIM – Base de Informações Municipais do IBGE, 1999 – e de outras fontes.

Os registros fotográficos, as observações sobre o terreno, as entrevistas etc. se prestam melhor – acreditamos – à explicitação dos processos evolutivos do que o tratamento numérico.

Estamos, pois, assumindo uma abordagem mais qualitativa, porém mais apropriada à compreensão do processo de construção da paisagem na raia divisória.

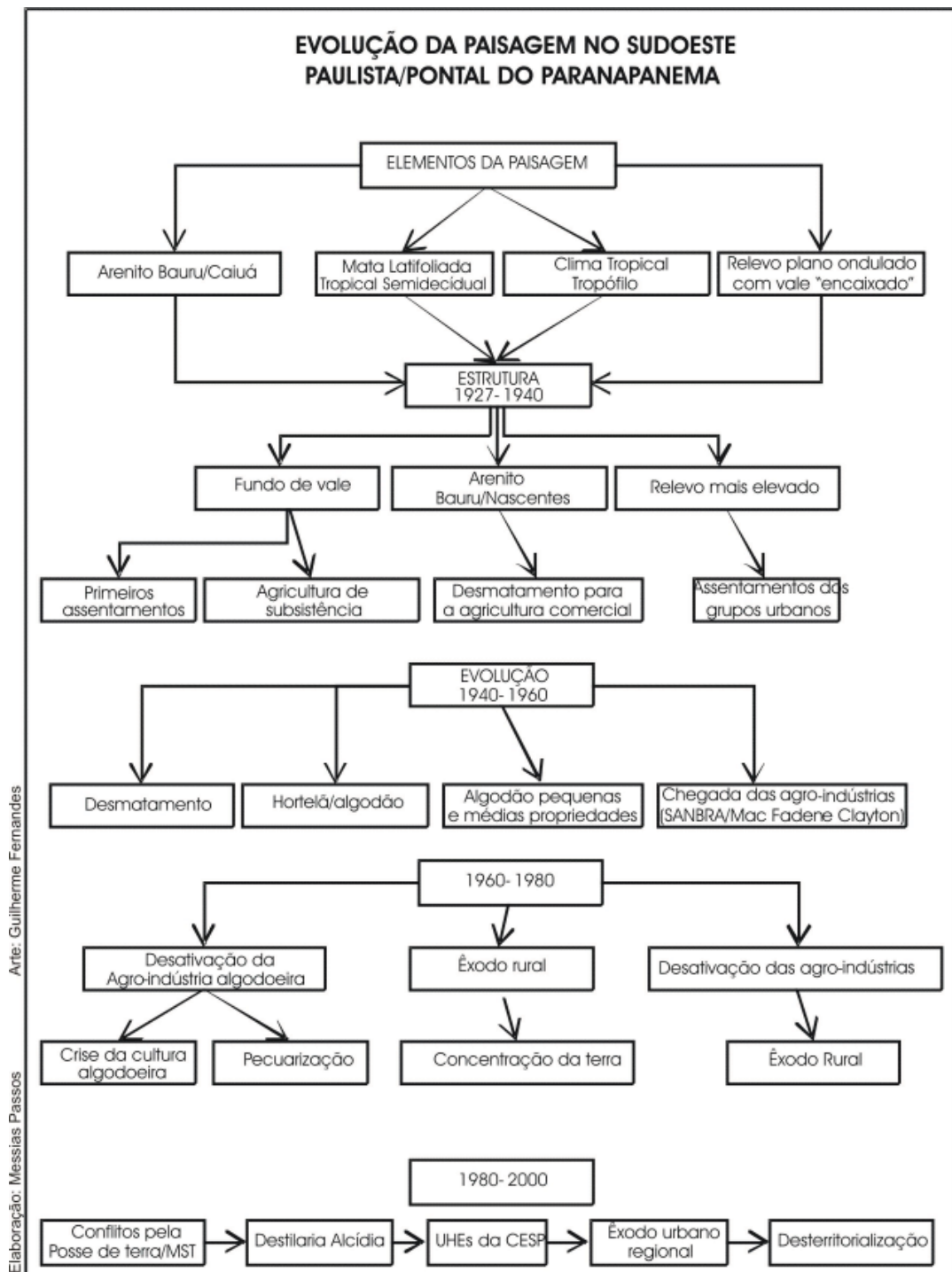
O uso da palavra raia sugere um espaço integrado, cuja evolução contempla a participação dos agentes e dos atores no seu todo – na raia.

Não foi isso que constatamos ao longo deste estudo sobre a raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. Talvez a única identidade – entre essas três unidades territoriais – esteja na ocorrência do arenito Caiuá. Os demais elementos naturais: clima e, principalmente, a vegetação são quase que domínios à parte.

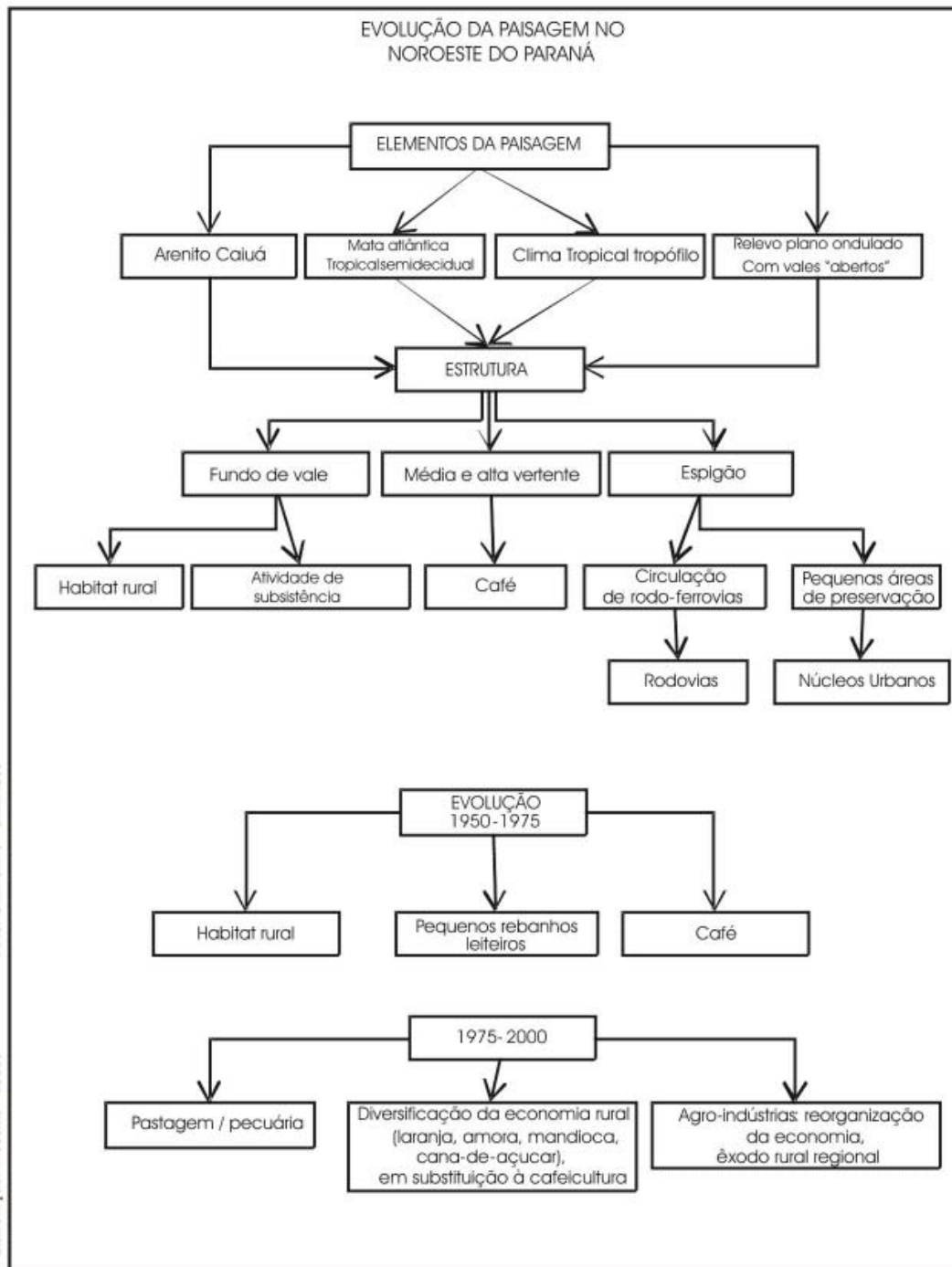
O processo de ocupação de cada uma das parcelas se deu diferentemente: no tempo e na forma. Essa herança ficou plasmada na paisagem atual, malgrado o curto período de atuação dos agentes.

O esforço de síntese nos levou a elaborar – para cada uma das unidades – um esquema de fluxos (Figuras 2, 3 e 4), cuja análise, esclarece as divergências e, ao mesmo tempo, aponta para uma dinamização dos fluxos e das atividades e, talvez, de integração a partir da atuação de dois importantes agentes: Cesp e Cocamar.

Os esquemas de evolução da paisagem e dos fluxos de atividades (Figuras 4, 5 e 6) devem ser vistos como um esforço de aproximação e de síntese da história territorial e paisagística de cada uma das parcelas da raia. Adotamos essa estratégia, acreditando ser possível mostrar como em cada uma das parcelas o processo de construção da paisagem foi distinto. É possível, a partir do diagnóstico efetuado, prevermos que a infra-estrutura criada através das obras compensatórias e mitigatórias realizadas pela Cesp (barragens, pontes, estradas asfaltadas etc.) e do projeto de valorização/revalorização das terras areníticas – Programa Fronteiras do Arenito –, *mise en valeur* pela Cocamar e, ainda, da atuação de outros agentes locais-regionais (Prefeituras Municipais, Agroindústrias de laranja, de mandioca, de frango etc.), dinamizem os fluxos e integre a raia.

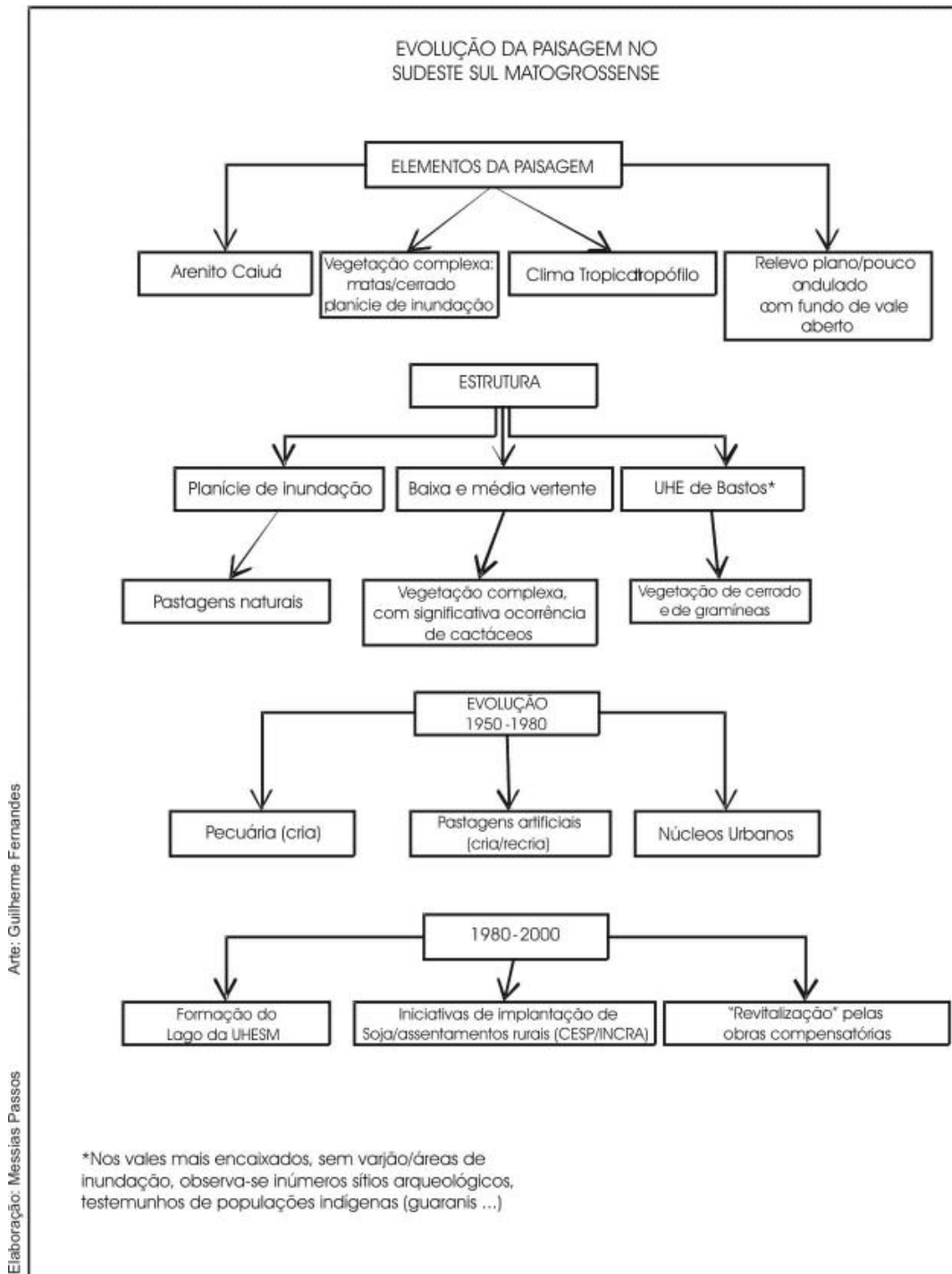


**Figura 2.** Evolução da paisagem no Sudoeste Paulista/PONTAL do Paranapanema.



**Figura 3.** Evolução da paisagem no Noroeste do Paraná.





**Figura 4.** Evolução da paisagem no Sudeste Sul Mato-Grossense.

Os esquemas de evolução da paisagem mostram, já na identificação de seus elementos naturais, algumas diferenças significativas:

- - a ocorrência do Arenito Bauru, no Sudoeste paulista, condicionou um modelo de ocupação marcadamente agrícola, enquanto que, nas áreas de ocorrência do Caiuá (extremo Sudoeste/Pontal do Paranapanema) predominou, desde o início, a pecuária extensiva;
- - é notável como, no Noroeste paranaense, os cursos d'água entalharam os seus leitos, atingindo, regra geral, a rocha basáltica e sendo contemplados com pequenos saltos e corredeiras. Esse encaixamento facilitou o represamento de alguns córregos e ribeirões no momento da implantação da piscicultura de cativeiro na região;
- - no Sudoeste paulista, na área de ocorrência do Caiuá, os vales são abertos, as águas mais espaiada. Essa morfologia do relevo, associada à dinâmica das águas fluviais, ficou totalmente à mercê do processo de erosão, transporte e sedimentação, interferindo na fisiologia da paisagem, notadamente pelo assoreamento e desperenização aguda dos pequenos cursos fluviais.

A combinação dos elementos naturais define uma estrutura que foi marcante no desenho do espaço ocupado, notadamente no Noroeste do Paraná e Sudoeste Paulista:

- no Noroeste paranaense, o topo-clima foi determinante na definição das parcelas de cultivo de café (topo e alta encosta), da moradia e pastagens (fundo de vale);
- no Sudoeste paulista, as áreas de relevo mais rugoso (topos) estão estreitamente relacionadas à ocorrência do Arenito Bauru carbonatado. Os primeiros pioneiros – menos preparados tecnicamente e economicamente – ocuparam essas áreas mais elevadas, autênticas “bocas-do-sertão”, resultando no caráter mais agressivo de lesionamento da paisagem, dentre as três parcelas estudadas;
- o Sudeste sul mato-grossense apresenta uma estrutura diversa e própria: era uma ampla planície de inundação do alto curso do Rio Paraná que foi totalmente inundada pelo lago formado para atender à Usina Hidroelétrica Engenheiro Sérgio Motta/Porto Primavera, conforme está demonstrado a partir das fotos e das imagens Landsat TM de 1986 e 1999. Enquanto que a planície de inundação, revestida de gramíneas e de pastagens naturais, permitiu o desenvolvimento de uma pecuária extensiva - com baixa capacidade de criar empregos -, as baixas e médias vertentes estavam revestidas por um complexo mosaico florístico:

cerrado, cerradão, mata tropical e significativas manchas de vegetação xerofítica de difícil cartografia.

A evolução do uso do solo, determinante para o padrão paisagístico atual, deu-se dentro de contextos inteiramente diversos:

- - no sudoeste paulista, a frente pioneira que chegou, de forma mais agressiva, no início dos anos 40 do século passado, produziu – em consonância com os anos da Segunda Grande Guerra -, hortelã e algodão e, mais tarde (início dos anos 50), foi contemplado com a chegada das indústrias beneficiadoras de algodão. Essas mesmas indústrias paralisaram as atividades pouco tempo depois (início dos anos 60), após terem motivado a eliminação da mata tropical. A partir desse momento, observou-se a desagregação da economia local e do mundo rural. Iniciou-se a pecuarização e, paralelamente, o processo de desterritorialização: os cemitérios dos antigos bairros rurais estão encobertos pelo capim, o gado pisoteia e pasta neles e, pior, a geração atual não tem a menor sensibilidade em relação a essa realidade, conforme constatamos a partir de entrevistas. É importante lembrar que, aqui, os plantadores de algodão sobreviveram como meeiros e arrendatários, marcadamente.

Portanto, o plantio de algodão e a utilização de mão-de-obra para desmatar e formar as pastagens já estavam inseridos na mentalidade dos médios e grandes proprietários rurais da região que tinham como ambição maior a pecuária – o ser fazendeiro.

- - a ocupação do Noroeste paranaense deu-se num contexto inteiramente diverso: a ambição dos pioneiros era tornarem-se proprietários das terras e desenvolverem a cultura do café, muito valorizado no mercado nacional e internacional de então. Ao mesmo tempo, as companhias colonizadoras adotaram o modelo da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná), ou seja, parcelaram o território em pequenos lotes (era mais fácil vender), mas era também uma preocupação positiva em relação ao povoamento e desenvolvimento da região.

Embora tenha ocorrido a pecuarização, notadamente nas terras areníticas próximas do rio Paranapanema – até porque desde o início, no extremo Noroeste paranaense, dividiu-se o território em lotes com dimensões maiores –, ocorreu, também, de forma muito significativa, a diversificação da economia rural. Essa diversificação foi quase que totalmente comandada pelo mundo urbano.

É significativo aqui o exemplo das duas agroindústrias de suco de laranja. Primeiro elas foram implantadas e somente depois é que se efetuou o plantio, diga-se de passagem, aquém das expectativas e da capacidade das unidades industriais.

- no Sudeste sul mato-grossense, a ocupação deu-se numa base externa, ou seja, a capitalização das regiões Oeste de São Paulo e Norte-Noroeste do Paraná; isso permitiu que muitos fazendeiros aí residentes comprassem as terras de várzeas e de cerrados e expandissem as suas atividades pecuaristas para esse espaço da raia. Observamos que, uma “frente” de investidores paranaenses deslocou-se de leste para oeste e foram se estabelecendo – como plantadores de café e de soja (em pequena escala) ou de criadores de gado, estes últimos em maioria. Até porque se tinha uma concepção, até então, de que as terras de cerrado não seriam propícias à agricultura e, claro, porque o varjão (planície de inundação) era, em última análise, um pasto natural. Os fazendeiros paulistas de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Araçatuba e de outras cidades entraram no sentido inverso, de oeste para leste, aproveitando-se do corredor “natural” de entrada para a região Centro-Oeste, ou seja, a rodovia asfaltada.

Essas duas frentes encontraram-se à altura da atual barragem da UHE Eng. Sérgio Motta. Em relação às mudanças mais recentes, as três unidades da raia apresentam, uma vez mais, uma evolução distinta:

O Sudoeste Paulista:

- a paralisação das obras da Cesp (hidroelétricas), associada às questões locais (contestação dos títulos de posse das grandes propriedades rurais) e nacionais (abertura política/governo Franco Montoro), desencadeiam o surgimento do

MST (Movimento dos Sem Terra) na região, que mais tarde ganha repercussão internacional;

- a implantação da Destilaria Alcídia, no contexto do primeiro choque da crise do petróleo, não foi suficiente para uma retomada do desenvolvimento local-regional; apesar dos significativos assentamentos rurais, observa-se, na paisagem, marcas concretas da desterritorialização (estradas vicinais abandonadas e/ou destruídas pela erosão, cemitérios abandonados, bairros rurais totalmente extintos).

O Noroeste Paranaense:

- - a reorganização do espaço agrícola brasileiro para atender aos mercados internacionais, associada às fortes geadas de 1975 definem uma nova motivação de utilização do solo: soja-trigo, com alta tecnologia, e pecuarização nas terras areníticas, ambas, opções de baixa absorção de mão-de-obra; isso provocou a desintegração da economia local-regional, o êxodo rural, o despovoamento de inúmeras pequenas cidades, ou seja, a falência do modelo implantado pela CTNP;
- a partir de meados de 1985 e início dos anos 90, duas realidades, uma nacional (o “esgotamento” das frentes pioneiras na Amazônia Legal) e outra regional (diversificação da economia rural) apontam para um desenvolvimento mais sustentável.

No Sudeste Sul Mato-Grossense:

- o preenchimento do reservatório da UHE de Porto Primavera e os efeitos das respectivas obras compensatórias e mitigatórias motivam, num primeiro momento, uma dinâmica positiva (assentamentos rurais, reurbanização, abertura e asfaltamento de rodovias, construção de áreas de lazer etc.); no entanto, a posse da terra está sob o controle dos grandes proprietários que muito pouco contribuem para a economia local;
- os *royalties* da Cesp darão condições (e, talvez, acomodações) aos municípios atingidos pelos reservatórios. Esta parcela da raia, certamente, manterá o modelo

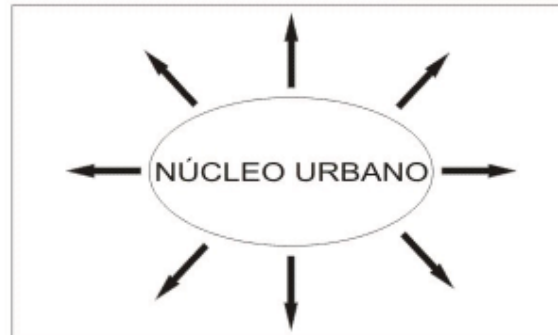
da grande propriedade com pecuária extensiva e os investimentos em infraestrutura turística serão totalmente de controle externo, pois ela é carente de agentes locais.

Enfim, a raia foi, é e continuará a ser uma região controlada por agentes externos.

Os esquemas de fluxos de atividades (Figuras 5, 6 e 7) prestam-se à explicitação de duas dinâmicas próprias de regiões submetidas a modelos de desenvolvimento pouco sustentável: o sentido centrífugo, característico da fase inicial da apropriação (*mise en valeur*) do território e o sentido centrípeto, quando o modelo de ocupação, implantado na fase pioneira, ou de implantação de infra-estrutura, que requer numerosa mão-de-obra e investimentos diversos, completa o ciclo e, então, a desagregação/desterritorialização se manifesta.

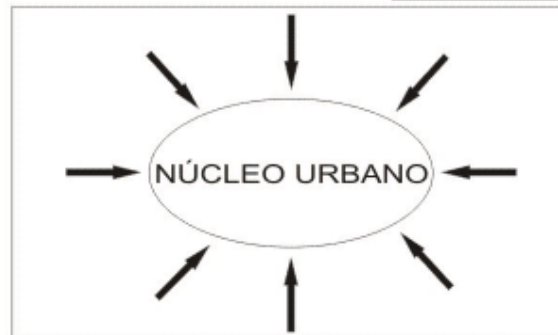
ESQUEMAS DE FLUXOS DE ATIVIDADES  
NO OESTE PAULISTA/MIRANTE  
DO PARANAPANEMA

1940 - 1960



Sentido Centrífugo: todo o território é afetado pelas atividades próprias de ocupação e conquista do território: desmatamento e agricultura.

1960 - 1980



Sentido Centrípeto: com a decadência da cultura algodoeira e expansão da pecuária, a população se desloca para o núcleo urbano.

1980 - 2000

Desterritorialização: as relações cidade-campo são afrouxadas e a população tradicional rural se desloca: (a) os mais idosos permanecem no núcleo urbano (b) os mais jovens, se deslocam para outras cidades do interior de São Paulo (Presidente Prudente, normalmente), capital e região Centro Oeste.

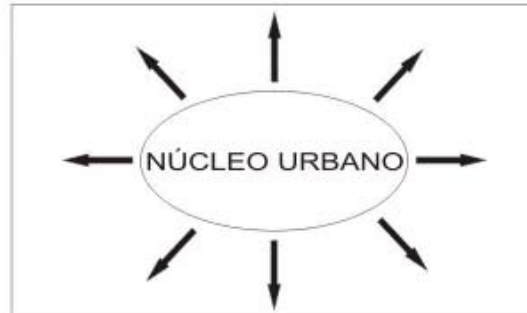
Arte: Guilherme Fernandes

Elaboração: Messias Passos

Figura 5. Fluxos de atividades no Sudoeste Paulista/Pontal do Paranapanema.

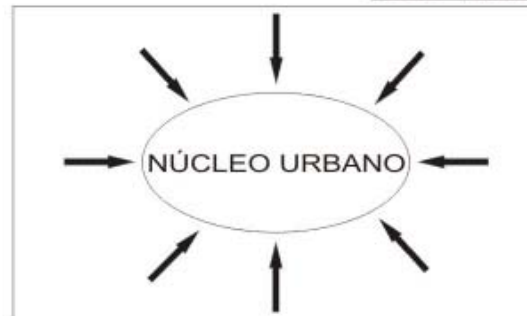
## ESQUEMA DE FLUXOS DE ATIVIDADES NO NOROESTE DO PARANÁ

1950 - 1975



Sentido Centrífugo: todo o território é afetado pelas atividades próprias de ocupação de território, notadamente desmatamentos, cafeicultura e instalação da densa rede urbana.

1975 - 2000



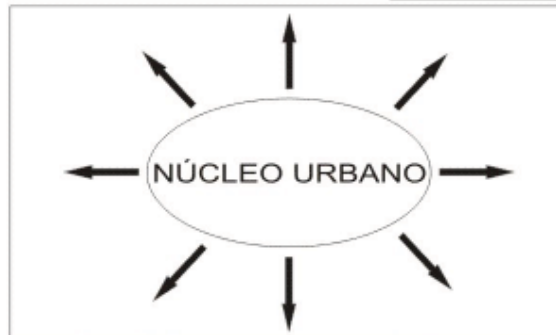
Sentido Centrípeto: com a decadência da cafeicultura (geadas/reorganização do espaço agrícola brasileiro), a pequena propriedade entra em colapso. A partir daí, observa-se: (a) concentração da propriedade rural; (b) pecuária; (c) implantação de agro indústrias-laranja, mandioca, seda, frango, destilarias de álcool; (d) políticas (Estado, Cooperativas, Prefeituras, Produtores Rurais, Associações Comerciais e Industriais) de desenvolvimento local-regional que mantinha a pequena propriedade produtiva e, conseqüentemente à população na área rural e nas pequenas cidades; (e) a densa rede urbana favorece/motiva o pequeno proprietário a desenvolver atividades complementares, no sentido de manter uma renda digna (feira do produtor, por exemplo); (f) as médias e grandes propriedades, avaliam que os rendimentos com pecuária apenas são insuficientes e inviáveis à médio e longo prazo e então, optam por atividades "mistas": pecuária-soja, pecuária-laranja, pecuária-mandioca etc., sob a eficiente orientação de técnicos do IAP, da Cocamar etc.

**Figura 6.** Fluxo de atividades no Noroeste do Paraná.



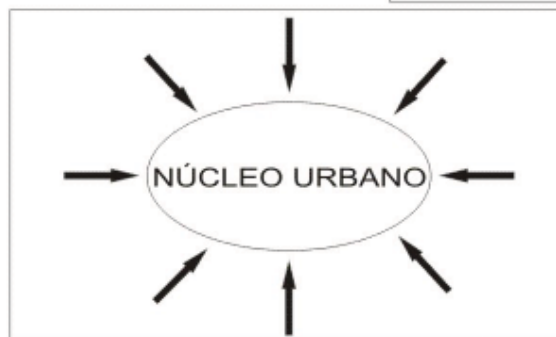
ESQUEMA DE FLUXOS DE ATIVIDADES  
NO SUDESTE SUL MATOGROSSENSE  
(ANAUROLÂNDIA)

1950 - 1980



Sentido Centrífugo: o território é afetado, predominantemente por agentes externos, (fazendeiros do sudeste paulista, noroeste paranaense). Em contrapartida o núcleo urbano é abastecido, no essencial, por produtores externos.

1980 - 2000



Sentido Centrípeto: as obras compensatórias/mitigatórias, valorizam a administração local como agente ativo que passa a atuar em duas direções: (a) como agente fiscalizador das ações da Cesp; (b) como agente orientador/coordenador dos assentamentos rurais (P.A., Santa Irene do Quebracho...). Observa-se forte concentração da propriedade rural (de quatro proprietários, três residem fora do município). Este controle da economia local por agentes externos deverá ser interrompido, a partir de uma gestão municipal mais capacitada, sobretudo com os recursos advindos dos *hojalties* da UHE Eng<sup>o</sup>. Sérgio Motta.

Arte: Guilherme Fernandes

Elaboração: Messias Passos

**Figura 7.** Fluxo de atividades no Sudeste Sul mato-grossense.

## Considerações finais

O rio Paraná e sua planície de inundação se constituíram numa barreira natural que dificultou os fluxos entre as três parcelas territoriais;

A partir da formação do lago e da possibilidade de acesso ao Sudoeste Paulista e ao Noroeste Paranaense, através da “ponte”/barragem do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta, certamente, os fluxos, intra-raia serão dinamizados;

A presença mais significativa, na parcela sul-mato-grossense, de vegetação florestal e de cerrados é reveladora dos aspectos socioeconômicos e culturais que operaram/ operam de forma diferenciada nas três parcelas territoriais;

A localização dos municípios sul-mato-grossenses, distantes, em média, 30/35 quilômetros da margem direita do rio Paraná, se explica pelo obstáculo imposto pela planície de inundação, imprópria ao estabelecimento de núcleos urbanos; o mesmo ocorre em relação às estradas.

A rodovia MS-395 que liga os municípios da raia (Taquarussu, Bataiporã, Anaurilândia) à BR - 267, cujo fluxo é, predominantemente, no sentido do sudoeste paulista. A MS-395, após o asfaltamento (uma das obras compensatórias, realizadas pela CESP), acentuou, ainda mais, o sentido da circulação, ou seja, do sudeste sul-mato-grossense para o oeste/sudoeste paulista, apesar das relações político-administrativas se concretizarem a partir da capital do Estado – Campo Grande;

A elevação do lençol freático, após o preenchimento do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta, está concretamente evidenciada pela passagem das lagoas temporárias a lagoas permanentes, próximo da margem direita do rio Paraná;

Observa-se que algumas áreas de florestas/cerradão estão sendo submetidas ao desmatamento; algumas delas para atender ao reassentamento da população deslocada da área inundada.

As pequenas cidades do noroeste do Paraná contrastam com as pequenas cidades do sudoeste do estado de São Paulo, notadamente nos aspectos da Gestão Pública, na limpeza das ruas, na fachada das casas, nas praças e ruas arborizadas, no comércio mais variado! Regra geral, as pequenas cidades paranaenses estão em vantagem. Acredito que o tempo do “fim-das pequenas” cidades passou: elas estão mais sedimentadas e, até mais “conformadas”/contemplativas: aceitam o barulho das carretas que transitam pelas suas avenidas-estradas; agradecem as cestas-básicas; sonham com as oportunidades de

empregos a partir da expansão da cana-de-açúcar! Muitos jovens partiram e hoje são garçons nos restaurantes e bares das principais cidades de Portugal e de outros países europeus!

No entanto, a título de reflexão (uma reflexão carente de dados quantitativos) a sustentação das pequenas cidades está:

- na parcela paranaense: na economia rural das pequenas e médias propriedades – que desenvolvem um uso do solo mais diversificado (café, laranja, amora, mandioca etc.);
- nos recursos provenientes de ganhos salariais – funcionários públicos, bancários, comércio etc. -;
- nas aposentadorias dos idosos;
- nas Políticas Públicas, como Bolsa Família, Cesta Básica etc.
- na economia da área rural: venda de leite e de produtos transformados: salame, queijos, frangos, piscicultura de cativeiro etc.
- no repasse de recursos públicos referentes ao Fundo de Participação dos Municípios proveniente dos governos federal e estadual.
- na cobrança de impostos municipais tais como o IPTU e o ISS.

Tudo isso fica mais ou menos evidente quando se observa as “paisagens rurais” e quando se dá atenção às declarações de alguns comerciantes que, quando perguntados: “de onde vem o dinheiro que alimenta o comércio?” E eles respondem: dia 5 entra o dinheiro dos funcionários, dia 15 o dinheiro dos cortadores de cana, dia 25 dos vendedores de leite..., entre os dias 01 e 10, o pagamento dos aposentados!

Certamente a expansão da cana-de-açúcar – que já chegou às pequenas e médias cidades do noroeste do Paraná – vai dismantelar tudo isso e o prognóstico não é otimista!

## **REFERÊNCIAS**

BERQUE, A. **Médiance**: de milieux em paysages. Paris: Montpellier, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champs Vallon, 1991.

- BRUNHES-DELAMORRE, Marielle, et al. **Jean Brunhes autour du monde, regards d'un géographe/regards de la géographie**. Paris: Vilo, 1993.
- BRUNHES, J. **La Géographie humaine**. Essai de classification positive. Principes et exemples, Paris: F. Alcan, 3 v., 1925.
- CHAUNU, P. **l'Apologie par l'Histoire**. Paris: Presses des Editions Téqui, 1988.
- LA BLACHE, V. P. **Tableau géographique de la France**. Paris: Hachette, 1908, 395 p.
- LUGINBUHL, Y. **Sens et sensibilité du paysage**. Thèse (Doctorat de 3ème cycle en Géographie)-Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1989. 2 v.
- MALLARD, A. Paysage et image dans les laboratoires scientifiques. In: \_\_\_\_\_. **Les échelles du paysage: paysages et espaces urbains**. Rennes: Ecole des Beaux-Arts de Rennes, 1993. p. 9-24.
- REGNAULD, H. Emboitements d'échelles et temporalités différenciées». In: \_\_\_\_\_. **Les échelles du paysage paysage: paysages et espaces urbains**. Rennes: Ecole des Beaux-Arts de Rennes, 1993. p. 28-37.
- ROGER, A. **Nus et paysages, essais sur la fonction de l'art**. Paris: Aubier, 1978.
- SOUZA FILHO, E. E. **Aspectos de geologia e estratigrafia dos depósitos do rio Paraná entre Porto Primavera (MS ) e Guáira (PR)**. São Paulo: USP. 223 f. (Doutorado)-Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 1993.